

ETNOCONSERVAÇÃO E PÓS – DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PROCESSOS E PRÁTICAS LOCAIS

Ana Paula Gomes de Melo
Ana Paula Glinfskoi Thé

1UNIMONTES; Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. anameloufmg@gmail.com

2UNIMONTES; Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. anapgthe@gmail.com

O termo “desenvolvimento” tem sido intensamente debatido por diversos autores e muitas de suas nuances evidenciadas e discutidas tanto no campo da Economia quanto no das Ciências Sociais. (Esteva, 2000; Kilksberg, 2010; Sen, 2000; Abramovay, 2000).

No entanto, as definições convencionais e a noção que predomina na sociedade são aquelas que associam o desenvolvimento à ideia de progresso e ao fenômeno da globalização. Ao fenômeno da globalização associa-se o denominado “desenraizamento”; processo que, se intensifica com a dominação econômica dos países centrais sobre os periféricos. Mas, a questão é: em que medida a globalização e suas consequências têm promovido o desenvolvimento? Ao se considerar a mais recente noção de pós-desenvolvimento, percebe-se que a globalização não passa de uma nova roupagem para os argumentos em defesa do mero crescimento econômico, pautado apenas no PIB, que assevera as condições de desigualdade social, pobreza e degradação ambiental. Nesta perspectiva, os autores discutidos neste artigo defendem o desenvolvimento pensado a partir das culturas locais; trata-se valorizar alternativas e possibilidades de um desenvolvimento pautado em racionalidades que refletem aspectos culturais e ecológicos e evidenciam a relação entre a experiência local, a produção do conhecimento e a prática de iniciativas inovadoras. Nesta perspectiva, a partir das categorias discutidas principalmente por Escobar (2005) e Diegues (2001), pretende-se debater a relação do lugar e a prática da conservação ambiental em tempos de globalização.

Palavras-chave: iniciativas inovadoras, conservação, conhecimento local

INTRODUÇÃO

O termo “desenvolvimento” tem sido intensamente debatido por diversos autores e muitas de suas nuances evidenciadas e discutidas tanto no campo da Economia quanto no das Ciências

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

Sociais. (Esteva, 2000; Kilksberg, 2010; Sen, 2000; Abramovay, 2000).

No entanto, as definições convencionais e a noção que predomina na sociedade são aquelas que associam o desenvolvimento à ideia de progresso e ao fenômeno da globalização.

Ao fenômeno da globalização associa-se o denominado “desenraizamento”; processo que embora ocorra no Brasil desde a colonização, se intensifica com a dominação econômica dos países centrais sobre os periféricos. Escobar (2005) ressalta que para alguns aparentemente a ausência de lugar, ou uma condição generalizada de desenraizamento, se transformou no fator essencial da condição moderna. (Escobar, 2005; p.01).

Mas, a questão é: em que medida a globalização e suas consequências têm promovido o desenvolvimento? Ao se considerar as definições mais amplas de desenvolvimento e a mais recente ideia de pós-desenvolvimento, percebe-se que a globalização não passa de uma nova roupagem para os argumentos em defesa do mero crescimento econômico, pautado apenas no PIB, que assevera as condições de desigualdade social, pobreza e degradação ambiental.

Nesta perspectiva, os autores discutidos neste artigo defendem o desenvolvimento pensado a partir das culturas locais. Propõem a pensar a partir do lugar. O lugar permeado por questões universais e não descolado de realidades globais.

II COM A GLOBALIZAÇÃO, O LUGAR DESAPARECEU?

O fenômeno da globalização tem sido estudado e analisado em diversos prismas. Escobar (2005) comenta alguns temas abordados pela Antropologia e pela Geografia, os quais analisam e interpretam o lugar como parte deste fenômeno, fadado a desaparecer. Neste sentido, o autor não nega a importância desta visão crítica do lugar por parte da Antropologia, da Geografia, das Comunicações e dos Estudos Culturais, pois, acredita que: tornaram-nos mais conscientes do fato de que a dinâmica principal da cultura e da economia foram alteradas significativamente por processos globais inéditos. (Escobar, 2005; p.01). No entanto, defende que:

O lugar como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa continua sendo importante na vida da maioria das pessoas (...) existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que muitas vezes se admite. (ESCOBAR, 2005; p.01).

O que ocorre, segundo o autor, é uma fundamental assimetria no debate sobre globalização que supervaloriza o “espaço” em detrimento do “lugar”. Segundo Arif Dirlik (2000), citado por Escobar (2005):

Esta assimetria é evidente nos discursos sobre a globalização nos quais o global é igualado ao espaço, ao capital, à história e a sua agência, e o local, com o lugar, o trabalho e as tradições. O lugar (...) desapareceu no “frenesi da globalização” dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. (ESCOBAR, 2005; p.01)

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

O domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo(...). Esta negação do lugar tem múltiplas conseqüências para a teoria social que podem ser melhor exploradas no âmbito ecológico. Neste âmbito, o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas. (ESCOBAR, 2005; p.02).

Neste sentido, Escobar (2005) acredita no pós-desenvolvimento e na ecologia política como espaços de esperança para reintroduzir a dimensão “lugar” nas discussões sobre globalização. Nestas vertentes procura-se não situar parâmetros capitalistas no centro da narrativa de desenvolvimento. Trata-se valorizar alternativas e possibilidades de um desenvolvimento não capitalista pautado em racionalidades diversas que refletem aspectos culturais e ecológicos. A importância do lugar no mundo é reforçada por este autor especialmente devido à redescoberta do conhecimento local. A partir desta redescoberta, evidencia-se a relação entre a experiência local, a produção do conhecimento e a prática de iniciativas inovadoras pautadas em outras lógicas que não a capitalista. Para o autor, é importante tornar visíveis as múltiplas lógicas locais de produção, de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas que emergem sem cessar das comunidades de todo o mundo. (Escobar, 2005; p.11).

Questionar em que medida estas práticas colocam obstáculos importantes e talvez originais ao capitalismo e às modernidades eurocentradas é o desafio teórico ao qual o autor nos convida. Nesta perspectiva, a partir das categorias discutidas principalmente por Escobar (2005) e Diegues (2001), que se conectam na ênfase dada ao conhecimento local, pretende-se debater neste artigo a relação do lugar e a prática da conservação ambiental em tempos de globalização.

III CONHECIMENTO LOCAL E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Diversos estudos (Descollá, 1997; Gomez Pompa, 2001; Diegues, 2001; Ostrom, 2001, entre outros) demonstram que são presentes e atuais modelos culturais de natureza e de sociedade. Diegues (2001) afirma que os sistemas tradicionais de ocupação do espaço natural e o uso de recursos naturais não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização. (Diegues, 2001; p. 97). O autor comenta que embora muitos desses sistemas tradicionais tenham desaparecido frente ao avanço do capitalismo no campo, muitos persistem e são permeados por uma extensa rede de relações, normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade e a ajuda mútua e contribuem efetivamente para a preservação da biodiversidade.

Neste sentido, Diegues (2000) e Escobar (2005) defendem que o lugar e o conhecimento baseado no lugar continuam sendo essenciais para abordar a sustentabilidade ecológica de formas social e politicamente efetivas.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

No entanto, as assimetrias no debate sobre globalização, como comentado acima, influem de forma determinante na concepção ambientalista atual. Diegues (2000) faz severas críticas a esse respeito; segundo ele a concepção ambientalista atual é guiada por uma lógica de mercado, os processos de conservação pensados dentro de uma lógica globalizada, tecnocrática e neoliberal que despreza o que existe no lugar. Segundo o autor, este conservacionismo, que é importado dos países do Norte, tem idéias com um forte viés urbano-industrial, servindo aos interesses de países e classes sociais abastadas.

Além disso, o autor destaca que o termo “conservação” é frequentemente definido apenas em seus aspectos técnicos e científicos e não considera a relação entre humanos e a natureza. Conforme a definição clássica proposta pela WWF:

Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável a conservação inclui proteção, manutenção, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas. (DIEGUES, 2000; p. 01).

São definições excessivamente abrangentes, que propõem soluções mágicas e universais, para problemas localizados, pois, parte-se do princípio de que as relações entre as diversas sociedades e o mundo natural são as mesmas em todos os lugares, sobretudo na chamada era da globalização. (Diegues, 2000; p. 03). Nesta concepção, a prática mais usual tem sido a implantação de áreas protegidas. Segundo Sunkel (1986) citado por Diegues (2000), em sentido mais estrito a Conservação se limita às atividades de proteção, manutenção e restauração do mundo natural com medidas como a implantação de áreas protegidas. (Diegues, 2000; p. 02).

A visão predominante e o objetivo neste tipo de conservacionismo é a de que o meio ambiente deve ser o menos tocado possível. Orienta-se por uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis, apresentando componentes num estado puro, anterior ao aparecimento do Homem. (Diegues, 1998; p. 53).

Este paradigma que separa o Homem e a Natureza se volta, então, ao espaço e não ao lugar. No lugar a relação homem/natureza é contínua, dinâmica e organizada, como mostra Descollá (1997); existe uma simbiose homem-ciclos naturais, que se manifesta tanto no campo das atividades do fazer, do conhecer quanto no campo simbólico. (Diegues, 1998). Contrariamente, as medidas conservacionistas são, na maioria das vezes desconectadas das aspirações e necessidades das populações locais:

Como consequência da importação do modelo de parques e reservas naturais desabitadas criaram-se impactos negativos sobre os modos de vida de populações locais, causando escassez de recursos naturais, como água, pastagens, frutos, plantas medicinais, combustíveis. (DIEGUES, 2000; p.16).

Muitas vezes são práticas autoritárias, que justificadas por uma suposta crise ambiental e orientadas pela crença de que as populações do lugar são incapazes de usar e gerir eficientemente os espaços e recursos naturais (a tragédia dos comuns anunciada por Hardin, 1968), desrespeitam

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

direitos civis de populações locais promovem deslocamentos forçados, desconsideram seu vasto conhecimento e práticas de manejo de áreas e recursos naturais. (Diegues, 2000; p.16).

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista pelas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial.(...) Essa usurpação é ainda mais grave quando a “operacionalização de um neomito (áreas naturais protegidas sem população) se faz com a justificativa da necessidade da criação de espaços públicos, em benefício da “nação”, na verdade, das populações urbano-industriais (...) o que está implícito é que estas deveriam sacrificar-se para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e contato com a natureza selvagem, ou ainda, segundo uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas de uso restrito — proteger a biodiversidade.” (DIEGUES, 1998; p.65-66)

Esta concepção biocêntrica teve sua origem nos EUA e nunca se preocupou em estudar as interações entre populações humanas e habitats. Segundo esta vertente, os biólogos, ecólogos e taxionomistas são os únicos especialistas e conhecedores da biodiversidade no mundo, como comenta Diegues (2000).

Embora o modelo dominante de conservação seja o discutido acima, guiado por paradigmas eurocêntricos e mitos modernos, Diegues (2000) aponta que a partir dos anos 1990 tem-se observado grandes mudanças de enfoque que, entre outros aspectos, passa a considerar o homem como parte da natureza e vice-versa, o lugar como parte da cultura, as especificidades locais e o conhecimento tradicional como fundamentais para a Conservação. Seguindo esta linha é fundamental buscar soluções para problemas ambientais na relação das diferentes culturas e sociedades com o mundo natural, dando-se ênfase ao papel do conhecimento e do manejo tradicional:

O conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/ industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”. (DIEGUES, 2000; p.30).

No âmbito deste debate, emerge o conceito de populações tradicionais que se aplica à: àqueles povos que vivem em áreas geográficas particulares e demonstram, em vários graus, as seguintes características: ligação intensiva com os territórios ancestrais; auto-identificação e reconhecimento pelos outros povos como grupos culturais distintos; linguagem própria, muitas vezes diferente da oficial; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e sistema de produção voltado principalmente para a subsistência.(DIEGUES & ARRUDA, 2001; p.23).

Estas sociedades tradicionais requerem alta diversidade de recursos naturais e ainda existem justamente porque desenvolveram práticas culturais de utilização dos recursos que mantêm a biodiversidade. O autor defende que a experiência adquirida na convivência simbiótica com a natureza cria conhecimentos que são apropriados ao lugar, raramente replicáveis, estes conhe-

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

cimentos e sua prática contínua são responsáveis pela biodiversidade de muitos ecossistemas, Neste sentido, hoje se discute a definição de biodiversidade, como produto natural e cultural.

As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam, classificam as espécies vivas conforme suas próprias categorias e nomes (...) essa natureza diversa não é vista necessariamente como selvagem em sua totalidade; ela foi e é domesticada, manipulada (...) essa diversidade de vida não é vista como recurso natural, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia. (DIEGUES, 2000; p. 31).

Diferentemente dos cientistas naturais que definem biodiversidade como fruto exclusivo de interações entre elementos e funções do mundo natural (...) traduzida em longas listas de espécies vegetais e animais, descontextualizadas do domínio cultural, (Diegues, 2000; p.32-33), para as populações tradicionais:

Os seres vivos em sua diversidade, participam de alguma forma do espaço, se não domesticado, pelo menos identificado ou conhecido. Eles pertencem a um lugar; o território como locus em que se produzem as relações sociais e simbólicas. (DIEGUES, 2000; p. 32).

Neste sentido, o parque nacional representa um hipotético mundo natural, primitivo e intocado ou um não-lugar onde cientistas podem realizar suas pesquisas sem a interferência humana. Trata-se de:

uma política conservacionista equivocada que transforma esses lugares em não-lugares, com a expulsão de populações tradicionais, que pode estar abrindo espaço para que esses não-lugares se tornem o domínio de pesquisas multinacionais para, ao final, serem privatizados, como manda o manual neoliberal.(DIEGUES, 2000; p.32).

Como resultado da constatação das ambiguidades e incongruências das teorias conservacionistas convencionais, elaboradas pelos países do Norte e transplantadas aos países do Sul, vem sendo construída uma nova ciência da conservação, denominada “etnoconservação”. Nesta, considera-se importante integrar a visão de cientistas naturais e especialistas locais, que são, geralmente, as populações tradicionais. Acredita-se que desta forma, pode-se potencializar as vantagens de ambas as partes: o domínio de banco de dados, sistemas de informação informatizadas e técnicas taxonômicas por um lado, e o saber local, que acumula conhecimentos por várias gerações sobre ecossistemas e suas variações, por outro. (Diegues, 2000; p. 42).

A Etnoconservação defende que o conhecimento local sobre a natureza e a interação harmônica dos povos e comunidades tradicionais com o ambiente promovem a biodiversidade e o desenvolvimento através de experiências de manejo tradicionais e inovadoras ao mesmo tempo. E este “desenvolvimento” identifica-se à idéia de Pós Desenvolvimento que, na visão de Escobar (2005), deve ser incentivada e debatida nas ciências sociais e econômicas como forma de uma mudança radical de paradigma.

IV ETNOCONSERVAÇÃO E PÓS DESENVOLVIMENTO

Ao buscar compreender as perspectivas e práticas de conservação das populações locais rompe-se com o posicionamento epistemológico do eurocentrismo na construção da teoria social. A dimensão do lugar vem à tona, e com ela as diversas culturas e saberes locais. Neste novo olhar há um potencial para uma mudança nas relações de poder, pois, reconhecer o conhecimento local é o primeiro passo para que este seja incluído em políticas públicas, programas e projetos concretos.

Considerar e incluir os conhecimentos locais nas políticas públicas de conservação são ações necessárias para “quebrar” o domínio do global sobre o lugar e superar a primazia do pensamento eurocêntrico no mundo. Assim, se o objetivo da literatura do pós-desenvolvimento é:

Tornar visíveis as práticas das diferenças culturais e ecológicas que poderiam servir de base para alternativas aos critérios capitalistas, faz-se necessário reconhecer que estes objetivos estão indissolavelmente vinculados a concepções de localidade, de lugar e de uma consciência baseada no lugar. (ESCOBAR, 2005; p.08).

Desta forma, Escobar afirma:

O lugar –como a cultura local– pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade. (ESCOBAR, 2005; p.08).

Portanto, é no espírito do pós-desenvolvimento que podemos repensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos-chave da política de lugar. (Escobar, 2005; p.11).

No caso brasileiro alguns exemplos têm sido comumente citados de experiências em que a concepção de Conservação rompe com dicotomia Homem-Natureza e o poder decisório é compartilhado entre agentes públicos e populações locais; destes, a Estação Ecológica de Mamirauá, na Amazônia, é o mais emblemático. Mais recentemente foram decretados e formalizados o Projeto Assentamento Extrativista Veredas Vivas e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, no Norte de Minas Gerais, que são experiências conquistadas através do esforço de reconhecimento das identidades destas populações tradicionais e apoio de movimentos sociais. Nestes espaços o conhecimento local é reconhecido e determinante dos modelos de conservação praticados. Conciliam extrativismo e conservação, conhecimento tradicional e científico.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*- nº 2, vol. IV: 379-397; abril/junho, 2000.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antônio C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio. C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antônio C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antônio C. Repensando e recriando as formas de apropriação dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio. C.; MOREIRA, André. C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo. NUPAUB-USP. 2001.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.133-168. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgan. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis. Editora Vozes, 2000.

GOMEZ-POMPA, A.; KAUSS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC, 2000. p.125-147.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*162, 1968.

KILKSBERG, Bernardo. Por que a cultura é fundamental para o desenvolvimento? In: SEN, Amartya; KILKSBERG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

OSTROM, E. *Governing the commons*. Cambridge, Cambridge, 1990.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.